

Entrevista

Formação de Professores, Ensino de Química e EPPEQs: diálogos com Luiz Henrique Ferreira

Como forma de homenagem e reconhecimento aos anos de dedicação e importante contribuição ao campo de estudos e pesquisas da Educação Química, em especial à comunidade paulista, entrevistamos o professor Luiz Henrique Ferreira, um dos personagens principais na criação do Encontro Paulista de Pesquisa em Ensino de Química (EPPEQ). Na entrevista, que teve um formato de uma conversa entre amigos e foi realizada pelos professores Thiago Antunes-Souza e Paulo Sérgio Calefi, o professor Luiz conta um pouco sobre sua vida e seu trabalho.

Paulo: Professor Luiz, queríamos iniciar agradecendo sua disponibilidade em conversar conosco nessa tarde! É uma alegria e satisfação tê-lo aqui. Para começar, nós gostaríamos que você contasse um pouco sobre a sua trajetória de vida como professor de Química.

Luiz: Bom, vou voltar lá para o ensino fundamental, o antigo ginásio. Naquela época nós tínhamos o primário e ginásio separados e isso era o equivalente, mais ou menos hoje, do primeiro ao quinto ano e do sexto ao nono ano. Quando eu estava fazendo o último ano do ginásio, tinha um professor de ciências que era meu xará: o professor Henrique. Ele entrou um pouco na Química, acho que foi discutir a natureza da matéria e falou um pouco de átomo etc. Eu achei muito interessante aquilo, mesmo sendo apenas uma introdução. Depois de algumas aulas, eu conversei com ele e falei que queria estudar a Química mais profundamente. Bom, aí ele me falou de várias possibilidades, falou de universidade, mas falou, também, que eu podia fazer um curso técnico em Química e eu achei interessante a ideia. Porque, com o curso técnico que era equivalente ao ensino médio, eu já iria me aprofundar mais na Química e seria bom para eu testar, antes da Universidade, se eu iria gostar de fato. Então eu fui fazer o técnico.

Thiago: Você morava onde nessa época?

Luiz: Nessa época eu morava em São Paulo, fiz o curso no Colégio São Judas Tadeu e gostei muito, fui muito bem no curso técnico e decidi, definitivamente, que era a carreira que eu queria seguir. Mas, eu também já gostava da ideia de ser professor de Química.

Bom, depois do técnico, eu entrei para a universidade aqui na USP (Universidade de São Paulo) de São Carlos e, embora, na inscrição do vestibular, eles divulgassem o curso como sendo licenciatura e bacharelado, mas, na prática, era só bacharelado mesmo. Não tinha professor de psicologia, não tinha professor de didática, não tinha professor de metodologia de ensino, enfim, não tinha nenhum professor no *campus*, nenhum, da área de ensino!

Então, era assim: o que era vendido, vamos dizer, no vestibular, não era realizado. Mas eu me interessava pela área de ensino e, felizmente, estava nascendo aqui na USP de São Carlos, por iniciativa de um grupo de interessados em ensino o CDCC (Centro de Divulgação Científica e Cultural)¹. Hoje é bem conhecida nacionalmente e, até, internacionalmente conhecido!

Mas, voltando, esse grupo estava marcando algumas reuniões com pessoas interessadas que queriam atuar na área de ensino, mas todo mundo meio perdido ainda...

1 Para mais informações acesse: <https://cdcc.usp.br/>.

Enfim, eu entrei no início do CDCC e fiz parte do grupo. Nesse período, quando eu estava no segundo ano de graduação, apareceu um concurso na USP, para técnico em Química e essa vaga era para trabalhar com esse grupo. Eu prestei esse concurso e passei. Então, eu passei a ser estudante de graduação e atuando já com esse grupo na área de ensino de Química. Eu me desenvolvi junto com o CDCC, era um período duro, porque o curso era integral e eu tinha que cumprir as oito horas de trabalho. Então, assim, arrumava atividades para fazer à noite e fim de semana para completar a jornada de quarenta horas por semana. Mas, pelo menos eu estava atuando no ensino!

Os professores e o coordenadores de curso sempre escapavam pela tangente, quando a gente perguntava da licenciatura: “Mas, e aí? Eu quero fazer a licenciatura! Era uma das opções!” Eles acabavam, na verdade, desanimando a gente com a ideia de fazer licenciatura. Mas, para mim, foi ficando cada vez mais claro que o que eu queria era atuar na área de ensino.

Thiago: Em qual época você estava?

Luiz: Eu estou falando do começo da década de 1980. Só para entender um pouco esse contexto. No Brasil, a gente tinha no máximo três ou quatro pessoas que orientavam na área de Ensino de Química. Era uma procura muito grande, porque era gente do Brasil inteiro que queria fazer pesquisa nessa área e ia bater na porta deles. Aqui em São Paulo, tinha um trabalho que era iniciante, o do GEPEQ (Grupo de Pesquisa em Educação Química) da USP liderado pela professora Maria Eunice Marcondes e pelo professor Luiz Roberto Pitombo, mas nenhum deles estavam credenciados para orientar na área de ensino. Eu tentei entrar lá e não consegui. Também, tinha o professor Mansur Lufti lá na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), eu fui conversar com ele, mas ele também não tinha vagas de orientação.

Bom, diante dessa dificuldade, como eu queria seguir a carreira acadêmica e a universidade exige o título, eu fiz o que alguns colegas do meu tempo fizeram: fui fazer o mestrado mesmo na Química, Química Analítica. Eu trabalhei com fluido supercrítico, mas sempre articulado com a área de ensino. Outra coisa, era que CDCC já estava se desenvolvendo bastante e nós tínhamos grandes projetos com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), então, eu fui desenvolvendo esses projetos articulado ao mestrado. Depois, no doutorado foi a mesma coisa, ainda não tinha muitos orientadores na área de ensino de Química e eu fui para a Unicamp fazer pesquisa na Físico-Química com fluido supercrítico.

Nesse período do doutorado apareceu uma vaga para a área de ensino na Filô (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, FFCLRP-USP), o que não era comum para a época e que permitia que doutorandos participassem. Eu tinha um bom currículo na época, porque eram vários projetos que a gente tocava na área de ensino lá no CDCC. Eu me inscrevi para o concurso e acabei passando. Até que o concurso foi bastante concorrido, porque a gente passava por um período longo sem abertura de vagas nas universidades estaduais e federais... Enfim, tive a felicidade de passar nesse concurso e fui terminar o doutorado. Então, eu me desliguei da USP de São Carlos e fui para a USP de Ribeirão e fui terminar o doutorado já atuando na área de Ensino de Química, com o doutorado em Físico-Química! Eu sei que não tinha nada a ver, mas eu precisava do título e quem conhece bem a USP, sabe que a USP pega muito no pé da gente para ter o título.

Eu fiquei na USP de Ribeirão um bom tempo. Elaborei junto com os colegas do departamento de Química, um projeto de uma nova licenciatura, porque a gente ainda estava com aquele modelo antigo da 3 + 1, que era um uma bagunça. No Brasil inteiro

era uma bagunça! Porque, o que normalmente as pessoas faziam, pelo menos a maior parte delas, era se formar no bacharelado e, depois de pegar o diploma, voltavam para fazer algumas disciplinas para se formar como licenciado. Outra coisa comum, eram esses estudantes se formarem no bacharelado, entrar para a pós-graduação e aí voltar para graduação, para complementar a licenciatura.

Paulo: Então, foi nesse cenário que você entrou em Ribeirão Preto?

Luiz: Sim, foi nesse cenário. Nessa época, aconteceu outra coisa interessante, o Ministério da Educação divulgou uma série de resoluções, inclusive aquele famoso edital número 4 de 1998, propondo que as Universidades criassem cursos de licenciatura com identidade própria. Ou seja, a licenciatura não deveria ser mais um penduricalho de um bacharelado! Então, a licenciatura não deveria ser um complemento de um bacharelado, deveria ser um curso que tem natureza própria, identidade própria, estrutura etc.

Quando eu vi isso pensei assim: “Puxa! Que maravilha!”. E eu fui propor isso ao departamento, ou seja, que nós precisávamos criar um curso. No começo foi difícil, porque não tinha muitos adeptos a esta ideia, porque, ainda mais naquela época, o pessoal que não era do ensino tinha um preconceito muito grande com essa área. Vocês acham que hoje ainda tem? Olha, vocês não imaginam que era naquela época! O preconceito era enorme!

Então, propor um curso de licenciatura novo, com identidade própria, com corpo docente que tivesse pessoas da área de ensino atuando, com espaço físico próprio etc., enfrentou uma rejeição muito grande. Sem contar que eu era o único professor da área de ensino em todo o departamento.

Thiago: Nossa! E aí, como você conseguiu convencer o pessoal?

Luiz: Eu comecei um trabalho de formiguinha para ir conseguindo adeptos dentro do departamento, porque se o departamento não aprova, não tem como criar o curso. Bom, depois de muito trabalho, finalmente, eu conseguir uma quantidade boa de adeptos para a ideia. Depois de conversar com o chefe de departamento, ele chamou uma reunião com todos os docentes e fomos discutir a proposta. Foi uma reunião que começou por volta das duas horas da tarde e acabou perto das oito ou nove horas da noite. Tínhamos os resistentes à ideia e demandavam um trabalho difícil de convencimento... Bom, chegou uma hora que esgotou, sabe? O chefe botou em votação, a ideia foi aprovada e seguiu o trâmite formal das outras instâncias até chegar à Pró-reitoria em São Paulo.

Passamos por todos esses caminhos de aprovação e, nesse ínterim, aconteceu uma coisa curiosa: eu estava dando aula em Ribeirão Preto, mas eu morava em São Carlos, então eu ia e voltava todo dia de carro, já há alguns anos. Era muito estressante pegar estrada todos os dias de São Carlos à Ribeirão, sabe? Eram 120 km para ir e 120 km para voltar.

Thiago: Todo dia?

Luiz: Todo santo dia. Além disso, eu estava com uma carga de trabalho grande lá em Ribeirão, porque além das aulas, eu tinha as orientações, as obrigações com gestão etc. Eu saía seis horas da manhã de São Carlos e voltava, normalmente, sete horas da noite, quando estava tudo bem. A estrada naquela época era terrível, toda esburacada, sempre com acidentes, não tinha acostamento... Daria uma longa história essas viagens. Bom, mas aconteceu que assim que a ideia da licenciatura nova foi aprovada na congregação, abriu um concurso na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), para área de

ensino de Química. Eu pensei que seria uma oportunidade de me livrar da estrada, eu achava que qualquer hora eu iria morrer naquela estrada.

Um segundo motivo que me atraiu para trabalhar na UFSCar, era que lá em Ribeirão eu não podia orientar na área de ensino. A pós-graduação em Química não abria essa possibilidade. E em São Carlos, tinha essa possibilidade. Então, eu prestei o concurso e fiquei em São Carlos.

E aí aconteceu uma coisa curiosa que pouca gente pouca gente sabe! O projeto da licenciatura ia subir para São Paulo, para passar na Pró-reitoria de graduação e depois passar no Conselho Universitário, para, então, ser criado o curso. Só que quando isso aconteceu eu já era professor da UFSCar, porque eu pedi demissão para assumir a vaga. E aí, um dia, o diretor da Filô me ligou na UFSCar e falou assim: “Luiz Henrique, é o seguinte: vai ter que ir alguém lá na USP de São Paulo, na Pró-reitoria, para defender a sua ideia. Você é pai da criança! Ninguém aqui sabe defender isso. Você tem que ir!”.

A outra coisa engraçada, era que, se fosse aprovado, ainda teríamos mais negociações, porque eu tinha pedido quinze novas contratações de professores, acho que nove vagas para funcionários e uns 4000 m² de área construída. E quem iria saber justificar isso? Daí, eu pensei assim: “Eu não vou mentir, mas eu vou omitir que eu deixei a USP e entrei na UFSCar!”.

Então, lá fui eu para São Paulo. Não falei para ninguém que eu tinha saído da USP, aliás, meu nome continuava no projeto. Fui à Pró-reitoria para apresentar e discutir o projeto. A pró-reitora à época era professora Sônia Penim e, assim que eu cheguei, ela me disse assim: “Você tem duas horas para me convencer! Se você me convencer que esse projeto é bom, você tem o apoio da Pró-reitoria. Senão, esse projeto vai parar aqui”.

Bom, eu discuti com ela o projeto, as minúcias, as justificativas etc. A proposta era bem concreta. No final, ela falou assim: “Aqui você convenceu! Vamos ver no Conselho Universitário!”. E eu saí da reunião com a pró-reitora da USP que achava que eu ainda era um professor da USP e voltei para trabalhar na UFSCar! [risos]

Depois do conselho universitário, o projeto foi aprovado. Mas aí, o pessoal da Filô me ligou de novo, porque o vice-reitor estava vindo para Ribeirão negociar as vagas e os pedidos de infraestrutura. Lá fui eu para Ribeirão negociar com o vice-reitor. Olha, é uma cena que nunca saiu da minha cabeça: ele negociou tudo! Pegou uma caneta, abriu o projeto e ia riscando e falando: “Olha, aqui você está pedindo quinze professores”, daí ele passou a caneta e falou assim: “Eu te dou oito!” e continuou: “Aqui, está pedindo nove funcionários, né? Eu te dou três funcionários”, “Aqui, você está pedindo 4000m² de área construída? Eu te dou 1500 m². Tudo bem, professor?”. Eu falei assim: “Tudo bem. Mas, assim que eu sair daqui eu vou fazer um documento dizendo que a Filô está desistindo do curso! Tudo bem?”. Ele levou um susto: “Como assim? Espera aí!”. Daí, eu respondi assim para ele: “Você está cortando tudo! Desse jeito, não tem curso, fica impossível”.

Então, o vice-reitor pediu para ser convencido, porque quinze professores custavam muito caro. Olha, felizmente, eu tinha minhas planilhas, eu fui mostrando para ele o quanto os departamentos estavam sobrecarregados. Nós estávamos propondo um curso noturno e não tínhamos professores para trabalhar nele e fui argumentando que não poderíamos cortar os professores. Depois, ele me perguntou dos funcionários e segui na mesma argumentação mostrando que o quadro atual não daria conta da infraestrutura de mais um período. No espaço físico, foi a mesma discussão, porque, se

comparássemos o espaço físico do Departamento de Química da Filô com a metragem de São Paulo e da USP de São Carlos, o nosso em Ribeirão era bem menor. E, ainda, tinha nossa produção científica: eu mostrei a produção científica média dos professores de Ribeirão que era maior do que a produção média dos professores da USP São Paulo.

Olha, foi uma discussão longa. No fim, ele acabou concordando com o espaço físico, mas questionou o número de professores, falando assim: “Olha, eu não posso chegar na reitoria de São Paulo e dizer que eu vim negociar e não saí com nada! O reitor vai pegar do meu pé! Que negociação foi essa!?” [risos]

Ele fez uma proposta que eu achei justa e até boa. Ele propôs que dez dos quinze professores não fossem dedicação exclusiva, fossem regime parcial. E isso não seria problema, porque qualquer professor da USP em tempo parcial, depois de efetivo poderia entrar com pedido para se tornar tempo integral e, se ele tivesse currículo e produção, ele se tornaria tempo integral. Assim, ele poderia chegar na reitoria e mostrar que teve alguma negociação. Então, fechamos assim!

Thiago: Mas, esse vice-reitor sabia que você não era mais professor da USP? Ele sabia que você já tinha ido para São Carlos?

Luiz: Também não!

Thiago: Olha só que danado!

[risos]

Luiz: O interessante foi o seguinte: nós entramos na sala de reunião: eu, o diretor da Filô e o vice-reitor. O diretor da Filô me apresentou assim: “Esse aqui é o professor Luiz Henrique, é ele quem assina o projeto e é que vai negociar com você a estrutura” e pronto! Ninguém falou que eu era da UFSCar, mas, também, ninguém perguntou se eu era da USP!

Bem, aí ele foi negociar comigo, mas ninguém falou para ele que eu não era mais professor da USP e eu negociei com ele. Agora, de fato, eu fiz o projeto enquanto eu estava na USP. Eu era professor da USP enquanto a ideia virou uma proposta no papel, eu acompanhei as discussões, defendi o projeto nas instancias internas etc.

Paulo: Tem algumas coisas no mundo que a gente não deixa de ser nunca, né? Você começou conosco ali em Ribeirão Preto e vai ser sempre nosso! Pode passar para outro lugar, que não tem jeito! Eu fui aluno da primeira turma que você deu aula! Não vai ser ex-professor da USP Ribeirão Preto. Você foi até para outro lugar, mas continua sendo nosso!

Luiz: É como eu disse, eu adorava e, ainda, adoro a Filô. E esse projeto da licenciatura lá, foi um projeto que eu acreditei muito.

Thiago: E isso tudo, aconteceu, mais ou menos, em que época?

Luiz: Ah, eu acho que era começo dos anos 2000. A negociação final que foi a com o vice-reitor, foi no começo de 2001... Mas, como eu disse, essas mudanças do MEC a partir de 1998 foram grandes. Para mim, é quando a gente rompe com o antigo modelo 3 + 1, rompe mesmo. Porque a licenciatura deveria ter identidade própria e deixar de ser penduricalho do bacharelado.

Paulo: E como foi a chegada na UFSCar?

Luiz: Bom, quando a gente chega na universidade e, vocês sabem bem disso, a gente chega na universidade com a mão na frente e outra atrás! Quando eu cheguei, nem sala tinha para mim, não tinha mesa, nem cadeira, nada! Depois, eu consegui com um colega que ele me aceitasse por um tempo na sala dele, arrumamos uma mesinha, uma cadeira e eu fiquei por ali provisoriamente. Depois, eu consegui um projeto grande para construir um laboratório, biblioteca, sala de estudos, uma salinha para mim etc. Foi um

projeto grande, nós construímos o prédio mesmo. Um prédio de dois andares com salas, laboratórios didáticos, anfiteatro, sala para a pós-graduação... E eu comecei a orientar na pós-graduação. Naquela época, tinha uma procura muito grande, porque a área de ensino era uma novidade. O Programa de Pós-graduação em São Carlos já estava com, mais ou menos, 30 anos de existência e não tinha ninguém da área de ensino para orientar, embora tivesse procura.

Bom, peguei como tarefa, reformular o curso de licenciatura da federal, também, porque ele estava nos moldes antigos. E assim criamos uma licenciatura separada de bacharelado. Nós criamos o curso de licenciatura noturno também. Eu montei um grupo de pesquisa, orientava na pós, orientava graduação e cuidava desses dois cursos! Foi um período duro, sabe por quê? Para vocês terem uma ideia: eu apresentei, tem poucos mais de três anos e, até a minha aposentadoria, eu fui o único professor de ensino do Departamento de Química. Em todos esses anos!

Felizmente, eu posso dizer, que todo esse trabalho, que foi muito duro, deu certo. Hoje, eu tenho a felicidade de encontrar meus ex-alunos como colegas que estão espalhados pelo Brasil.

Eu aposentei justamente na era Bolsonaro, então ficamos sem concurso e ninguém preencheu minha vaga. Mas olha só, isso foi até este momento, porque hoje, inclusive, está acontecendo a última prova do concurso do professor que vai me substituir no departamento. O concurso está acontecendo agora!

Então, essa foi a trajetória, foi uma trajetória de muita pedra no caminho, mas isso era próprio de quem foi da minha geração. Eu sempre tive uma admiração muito grande pela professora Maria Eunice Marcondes. Pouca gente sabe das pedras que ela teve que carregar lá na USP de São Paulo, o que o Bob (Roberto da Silva Ribeiro) enfrentou lá na UnB, em Brasília. Esse pessoal da minha geração teve que abrir as portas e não foi fácil porque são portas muito bem trancadas. Essa luta envolveu muita disputa, preconceitos com a área de ensino, interesses internos dos departamentos, politicagens... Enfim, nós tivemos que ter disposição e coragem para a briga e, felizmente, hoje nós avançamos temos mais gente na área de ensino. As portas estão se abrindo, temos três colegas na USP Ribeirão, o pessoal aqui da UFSCar está se organizando para abrir mais vagas de ensino.

Agora, olha como aquelas mudanças do MEC a partir de 1998 foram importantes. É, claro, que eu falei da USP de Ribeirão e da UFSCar, mas isso aconteceu no Brasil inteiro. As universidades tiveram que abrir cursos de licenciatura e isso ampliou o quadro de vagas para a área de ensino. Isso foi bom, porque nós estávamos orientando na pós-graduação e nossos alunos puderam pegar essa mudança: eles prestavam concurso para a área de ensino e eles puderam se formar na área de ensino. Hoje, eu tenho alunos na Federal do Amazonas, Federal do Maranhão, em Sergipe, na Bahia, alguns em São Paulo, no Paraná, em Brasília... Veja, nós arrumamos, inclusive, esse mercado de trabalho e esse pessoal todo está orientando, está formando novos professores.

Eu olho com muita satisfação para isso e, tenho certeza, que a Maria Eunice também. Ficamos felizes em ter contribuído dessa maneira. Eu não vou ficar citando nomes, porque depois eu esqueço de alguém e a pessoa fica chateada!

Paulo: Luiz, você foi um desbravador e deixou uma contribuição muito grande para o ensino de Química para formação de professores. Mas, por gentileza, conte para nós algumas outras de suas contribuições. Desde antes de se tornar professor universitário, você tinha um trabalho no CDCC que envolvia a produção de material didático e

preparação de espaço para ensino-aprendizagem de Química. Você, também, tem uma militância junto aos órgãos governamentais para discutir regulamentações. Então, conte um pouquinho sobre esse outro lado.

Luiz: Vamos voltar um pouquinho, então! Antes de entrar como professor na Filô, eu estava aqui em São Carlos, no CDCC que é um espaço que tem uma história muito bonita. O CDCC é um Centro de divulgação científica que começa com uma meia dúzia de pessoas interessadas em Ciências e no ensino de Ciências, mas, ele se desenvolve muito rápido. Em poucos anos, o CDCC já tinha reconhecimento no Brasil inteiro. Olha, era um grupo de pessoas ousadas!

A gente submetia grandes projetos, por exemplo, para o CNPq. Mas, eram projetos enormes, mesmo. Vou dar o exemplo para vocês da Experimentoteca que é nacionalmente conhecida. Nós fizemos um piloto aqui em São Carlos, aliás, Thiago, você sabe o que é a Experimentoteca?

Thiago: Não! Conta com mais detalhes, inclusive, para quem não sabe!

Luiz: Ah, é muito legal. Rapidamente, é o seguinte: laboratório em escola pública é raridade, sempre foi e, quanto tem laboratório, ele não é usado porque não tem um técnico laboratório, ou, porque o professor não tem tempo de preparar os experimentos etc. Então, assim, quando tem, não é usado e isso é a realidade brasileira.

Bom, nós tivemos uma ideia de criar um modelo que lembra uma biblioteca: já que eu não posso não ter muitos livros na minha casa, quando eu preciso de um livro que eu não tenho, eu vou até uma biblioteca e retiro, leio esse livro e devolvo à biblioteca. A ideia de experimentoteca, é fazer isso com experimentos. Por isso, Experimentoteca, porque tinha o funcionamento de uma biblioteca: são caixas de madeira que têm todo material para os alunos fazerem esse experimento, é tudo multiplicado por 10, dentro de uma caixa. Assim, você consegue montar 10 grupos dentro de uma sala de aula e são experimentos que não precisam de nenhuma instalação especial como pia ou capela.

Então, nós desenvolvemos esses experimentos e testamos em São Carlos. Nós testamos tanto do ponto de vista da segurança, cuidando pela manipulação das substâncias sem risco e, por outro lado, nós avaliamos, também, do ponto de vista pedagógico, visando identificar se a gente, de fato, ensinava alguma coisa com os experimentos propostos.

Naquela época, fizemos uma avaliação aqui em São Carlos. Mas nós achamos um grupo que tinha ouvido falar do projeto e se interessou, era um grupo alemão. Eles eram do Instituto Goethe e se interessaram pela Experimentoteca, então, nós fizemos contato e eles mandaram uma equipe para avaliar e o projeto recebeu uma avaliação muito boa que dizia assim: “essa é uma boa maneira de viabilizar a experimentação na escola”.

Com base nessa avaliação, nós batemos na porta do MEC e fomos lá pedir apoio para implementar em todo o Brasil. Aí o Ministério da Educação indicou o CNPq para a gente, porque eles não tinham linha de financiamento para esse tipo de ação. Nós conseguimos o apoio!

Só para você entender a lógica: São Carlos tem uns 250 mil habitantes e uma única biblioteca pública boa, atende todas as escolas de São Carlos. A mesma coisa é a experimentoteca: a universidade abriga o acervo da experimentoteca que atenda todas as escolas da rede pública. Na verdade, atende até mais, porque não é só São Carlos, a gente atende, também, as imediações, como, Itirapina, Ibaté, Ribeirão Bonito e por aí vai.

Com o apoio do CNPq, nós produzimos uma quantidade enorme de kits de experimentos, que eu nem me lembro mais. Nós fizemos convênios com universidades do Brasil inteiro para abrigarem o acervo e fazer o que a gente fazia em São Carlos, que era emprestar para as escolas e depois dar manutenção com a reposição dos materiais. A experimentoteca era para Química, Física e Biologia. Nós conseguimos convênio até com os interiores do Brasil, demos curso de como criar os kits e o projeto continua até hoje.

Deu muito certo, porque para os professores que têm um acervo desse por perto, eles podem contatar a universidade ou pegar a lista de kits pela internet, reservar o que precisam e um carro da universidade leva os kits para a escola e, depois da aula, recolhe os kits. É uma pena que governos subsequentes não ampliaram a ideia. Mas só para ter uma ideia, já faz um tempo que eu li um relatório, já tem uns três ou quatro anos, eu acho. O projeto de Experimentoteca estava atendendo uma média de 1 milhão de alunos por mês.

Thiago: Nossa, que bárbaro!

Luiz: Você imagina o tamanho dessa coisa? E poderia ser mais, poderia e deveria ser mais. Os governos precisam investir. É um projeto que existe desde a década de 1980, está maduro e não há dúvidas de que funciona. Não há o que questionar. Seria tão legal se tivesse uma política pública de incentivo! Bom, esse projeto foi uma das coisas que a gente fez por lá.

Mas, agora, tem uma outra coisa, também, que me acompanhou por toda a trajetória: no CDCC, na Filô e na UFSCar. A gente batia muito na porta do MEC, ou, para entender alguma política, ou para pedir aprovação de algum projeto. A gente tinha vários projetos naquela época, coisa que também hoje não tem. O MEC soltava editais para as universidades, para nós criarmos cursos de formação continuada para professores.

Na época não se chamava, olha que nome condenado, se chamavam cursos de reciclagem! Mas, enfim, nós tínhamos vários projetos com esses cursos de formação continuada, geralmente, eles aconteciam nas férias dos professores. A USP também tinha cursos assim. Então, a gente tinha até uma colaboração, porque, às vezes a gente pedia apoio para a equipe de São Paulo e a gente também apoiava a equipe de lá, quando eles precisavam.

Por conta dessas interações com o MEC, nós começamos a receber convite do ministério para outras atividades. Por exemplo, para a produção de material didático. O MEC nos convidou para criar um conjunto de livros para a experimentoteca, para apoiar os professores. Nós publicamos uma quantidade enorme de livros para os professores, para discutir os experimentos, as metodologias de ensino e de aprendizagem, naquela época nós já falávamos de experimento investigativo e produzimos muitos materiais sobre isso.

Depois, eu fui convidado para trabalhar no PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), eu ajudei a coordenar processos de avaliação. E esses processos, não sei se vocês já participaram, mas são exaustivos. É assim: você começa o processo num estresse tremendo, daí, quando termina, você jura que nunca mais vai fazer isso!

Paulo: Até passar quatro anos!

Luiz: Isso! Você esquece que jurou nunca mais se meter nisso e, depois de quatro anos, está lá de novo! Eu participei das coordenações do PNLD que começou para o ensino fundamental, depois nas coordenações do PNLEM (Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio) fui trabalhar com a Química do ensino médio.

Ah, outra coisa que me acompanhou da USP para a UFSCar foram as experimentações. Eu gosto muito do método investigativo. E eu queria lançar livros para o ensino médio, livros mais específicos para os professores: falando de Química com o professor de Química e a experimentação é o nosso foco. Então, eu produzi alguns livros, um deles é o *Contém Química*. Eu fiz um livro para o ensino médio com experimentos de materiais de fácil acesso. Depois, uma continuação a esse primeiro, mais centrado no método investigativo, discutindo mais pedagogicamente o método. Tem, ainda, outro livro com meus ex-orientandos, que estão espalhados pelo Brasil, sobre metodologias no ensino de Química.

Enfim, isso foi surgindo à medida que a gente ia percebendo lacunas. A gente tinha muito livro estrangeiro, mas não tinha livros brasileiros, com materiais brasileiros e que conhecessem a realidade das escolas brasileiras. Conhecedores das escolas públicas brasileiras, nós propusemos esses materiais. A escola brasileira pública não tem orçamento, não tem dinheiro. É um absurdo, em países muito mais pobres do que o Brasil, as escolas de educação básica têm orçamento. Aqui não tem! É nosso problema não é falta de dinheiro, dinheiro tem! O que falta é política pública que preveja isso, que a escola precisa de dinheiro para projetos.

Bom, foi isso. Nós tínhamos essa percepção de que os livros estrangeiros tinham propostas muito boas, mas de difícil execução para a realidade das escolas públicas brasileira. Nós fizemos um bom levantamento dessas propostas. Nós também fomos desenvolvendo uma discussão metodológica, oferecemos cursos para os professores. Essas preocupações foram permeando minha passagem da Filô para São Carlos.

Paulo: Bom, aproveitando que você está contando sobre a educação básica, conta para nós da sua participação na primeira versão da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Como foi a sua participação nas primeiras discussões da reformulação do ensino médio?

Luiz: Em relação à reformulação do ensino médio foi o seguinte, eu não vou me lembrar do ano agora, mas foi no primeiro mandato do governo da Dilma Rousseff. Nessa época, o MEC começou a discutir uma profunda mudança no ensino médio. O *slogan* do governo Dilma era “Pátria Educadora”, lembram? Então, a ideia era uma mudança profunda mesmo.

Bom, nesse começo de governo, eu recebi um convite do MEC para participar de uma comissão que iria elaborar a BNCC. Nós montamos uma comissão em Brasília e, na primeira reunião, o ministro da educação nos recebeu e perguntou para nós o que nós esperávamos dessa comissão. Eu acho que fui o terceiro ou o quarto a falar e respondi: “Eu espero que valha a pena o tempo que a gente vai dedicar a isso. Espero que o MEC abrace nossas propostas. Não gostaria que todo esse trabalho virasse um documento para ser jogado no porão do MEC”. O ministro me respondeu: “Se vocês propuserem coisas viáveis, nós vamos aplicar, estamos querendo uma mudança grande para o ensino fundamental e, principalmente, para o ensino médio. Queremos uma revolução na educação”.

Só para vocês terem uma ideia, a primeira versão que nós fizemos da BNCC, vou tentar rememorar algumas coisas, mas a primeira era orçamento para escola pública. Não precisaria ser um orçamento grandioso como o do ensino superior, mas a escola precisaria ter dinheiro, considerando que cada escola tem sua necessidade. As escolas públicas não são todas iguais, nós temos um conjunto grande de escolas públicas, cada uma com suas necessidades e características contextuais. O orçamento

para as escolas seria importante para deixar que os diretores determinassem quais seriam as medidas mais urgentes de cada escola.

Segundo, nós propusemos um programa grande e efetivo de formação continuada para professores de todas as áreas, do Brasil inteiro. Veja, nós temos universidade pública federal espalhada pelo Brasil inteiro. Temos, inclusive, os Institutos Federais que estavam sendo criados e expandidos nos interiores. Nos Estados, nós temos as universidades estaduais, temos as redes de universidades públicas. Nós contávamos com essa rede para criar esse programa pesado de formação continuada. Nossa ideia era trazer de volta à universidade aquele professor formado e que estava atuando no ensino básico.

Terceiro, nós queríamos escola integral. O ensino médio teria que ser integral no Brasil inteiro. Porque, a única maneira de tirar o aluno do mundo do crime é mantendo-o na escola. O pessoal do Sociologia sabe muito bem disso. O MEC sabe muito bem disso, também. Quando você mantém um aluno na escola, você pode tirá-lo até da evasão, porque ele tem mais tempo para os estudos, para praticar esportes etc. Os professores teriam mais tempo para preparar as suas disciplinas e tentar quebrar aquela ideia antiga de que o importante é cumprir o cronograma de conteúdos!

Então, olha só, nós propusemos orçamentos para as escolas, um amplo projeto de formação continuada para professores centrados nas parcerias universidade-escola, programa de escola em período integral e por aí vai. Depois, nós entramos no texto que trataria das disciplinas, uma por uma. Eu e dois colegas do Sul, trabalhamos no texto da Química.

Só que o tempo foi passando, no começo do segundo mandato da Dilma, o governo foi enfrentando as dificuldades que nós vimos e, assim, foi acontecendo uma coisa muito decepcionante do mundo político: aquela troca de cadeiras assustadora. Trocava ministro semanalmente! O governo ia buscando apoio de outros partidos e trocando os ministros, cada novo ministro trazia uma nova equipe, as pessoas iam sendo trocadas. Eu acho que sobrevivi a umas três ou quatro mudanças de ministro. E outra coisa, cada equipe que entrava, queria mexer naquele projeto, queria colocar a cara do novo ministro no projeto. Virou uma bagunça.

Acho que na quarta mudança, eu fui tirado da comissão e me jogaram como leitor crítico, ou seja, aquela pessoa que vai ler a proposta e fazer críticas a ela. Críticas obviamente construtiva, tentando melhorar. Depois de um tempo, o MEC me envia uma proposta para eu avaliar, de um outra comissão que estava lá. Eu fui fazer avaliação dessa proposta como leitor crítico e vi que não tinha mais nenhuma daquelas propostas que tínhamos construído na primeira versão: sem orçamento, sem formação continuada, sem escola integral.

Tudo o que a primeira comissão propôs foi cortado. Nós estávamos formulando políticas públicas, que com a aprovação pelo Congresso, deveriam ser implementadas. O MEC garantiria os recursos e os Estados e Municípios implementariam. Enfim, eu tinha que produzir um documento da minha avaliação e o MEC tinha o compromisso de torná-lo público. Conclusão: eu produzi minha avaliação “metendo o pau”. O MEC tornou público o documento por uns quinze dias, só. Depois ele apagou tudo.

Thiago: Apagou tudo?

Luiz: Sim, sumiu do site. Meu parecer deixava bem claro que aquela proposta não era a revolução que nós queríamos. Estava muito longe disso. O Brasil precisava de uma outra BNCC. De tudo isso, eu acho que a única coisa que ficou foi o meu nome como

leitor crítico, bem pequenininho numa das últimas linhas da versão final da BNCC, mas a minha crítica, mesmo, não apareceu.

Não era essa a escola que nós queríamos, não era essa a BNCC que nós queríamos. Nós precisamos de uma reforma séria. O problema do Brasil não é dinheiro, nós temos orçamento. Nós somos a nona maior economia do mundo! Como um país que está na nona posição mundial na produção de riquezas não tem dinheiro para a educação? Falta vontade política, falta gente que lute pelo projeto e encare os políticos, o centrão e aprove uma reforma séria.

Para mim, todo esse processo da BNCC foi uma decepção. No documento aprovado não tinha nada do que nós propusemos na primeira versão. Não aproveitaram nada do texto da primeira comissão. Enquanto eu estive na comissão, naquelas trocas de cadeiras, o trabalho de convencimento dos novos colegas para manutenção da ideia inicial era bem árduo. Nós conseguimos manter isso por um tempo, até uma hora que não sobrou ninguém e só sobraram as pessoas com interesse político, não educacional. O Michel Temer, por exemplo, fez isso. O projeto foi desfigurado por interesses políticos.

Agora, numa avaliação geral, não concordo com a atual versão da BNCC, ela é muito tímida. O atual governo federal está tentando fazer um esforço, não vinculado à BNCC, de ampliar o número de escolas integrais, porque foi uma promessa de campanha. Mas isso está muito longe de ser o que estava na primeira versão da BNCC.

Ah, sabe uma outra coisa que nós queríamos na primeira versão da BNCC, era que os professores do ensino fundamental e médio fossem fixos na escola. Hoje, a vida de professor é um inferno: de manhã ele dá aula numa escola, a tarde noutra, a noite noutra. Uma loucura! Na nossa proposta, o professor se dedicaria a uma única escola e teria tempo de qualidade para preparar o seu trabalho, assim como é na Universidade. É importante para vínculo aluno-professor esse tempo de trabalho e dedicação na escola. Enfim...

Thiago: Vocês propuseram uma reforma estrutural e a versão aprovada foi uma reforma de conteúdos!

Luiz: Sim, uma reforma muito tímida de tópicos do currículo. Olha, quando a gente vai entrar numa briga, não vale a pena brigar por pouca coisa. Agora, o espírito inicial era brigar por coisa grande. Eu me lembro do ministro afirmando isso, eles queriam uma revolução no ensino. Isso nos motivou a brigar. Por isso que eu acho a última versão pobre e tímida, não traz nenhuma revolução.

Paulo: Luiz, e o EPPEQ? Conta um pouco para nós sobre a sua participação na organização do primeiro evento. Como surgiu a ideia do EPPEQ? Qual era o propósito do evento?

Luiz: O EPPEQ surgiu no meio daquela demanda do MEC na virada do ano 2000 para a criação dos cursos de licenciatura com identidade própria. No ano de 1998 o MEC lançou aquele edital que eu já comentei, o edital número 4. Esse edital convidava toda a comunidade científica a apresentar propostas de como deveriam ser os cursos de formação de professores. Nessa época eu estava na Filô, no Departamento de Psicologia, mas fui discutir a proposta com o Departamento de Química. Só que lá na Química, o único da área de ensino era eu. Mesmo assim, nós decidimos enviar uma proposta.

Ah, uma coisa que eu lembrei agora: não eram propostas de reformulação apenas dos cursos de formação de professores, era para todos os cursos de graduação de todas as áreas. No final das contas, todo esse movimento gerou as Diretrizes Curriculares

Nacionais para os cursos de graduação que nós já conhecemos e foram publicadas a partir dos anos 2000.

Bom, eu participei da redação da proposta, envolvemos o curso de bacharelado, discutimos lá na Filô e aquilo começou a ganhar corpo. Como a proposta começou a ficar concreta, nós tivemos a ideia de submeter ao departamento todo, ou seja, saber o que o colega da orgânica, da físico-química etc., achava da proposta. Depois, o departamento também opinou, fizemos acréscimos e aí nasceu a proposta. Mas, na hora de mandar para o MEC, eu pensei assim: “Essa proposta vai chegar lá no MEC no meio de tantas outras e, pode ser que, nem seja vista. Por que não compartilhar com as outras universidades públicas do Estado de São Paulo? Poderíamos enviar para todas as instituições públicas paulistas estaduais e federais, onde tem curso de Química e dialogar com os nossos colegas. Ver se eles concordam, se podem acrescentar e tal. Daí, teríamos uma proposta não somente da Filô, mas uma proposta do Estado de São Paulo”.

Bom, o pessoal gostou da ideia, porque a proposta ganharia peso, não é? Então, começamos a entrar em contato com os colegas e convidamos para análise e assinatura da proposta. A proposta foi muito bem recebida em todas as universidades públicas paulistas estaduais e federais que consultamos. Acabou surgindo sugestões, nós incorporamos e batemos o martelo. Nós publicamos a proposta na Revista Química Nova, que é a revista que os químicos leem. Depois da publicação, mandamos para o MEC. Pronto, acabou nosso trabalho!

Só que nesse movimento, nós tínhamos formado um grupo muito legal de discussão entre nós e aquilo foi muito interessante. Até então, não tinha diálogo entre os cursos, por exemplo, aqui em São Carlos temos os cursos de Química da USP e da UFSCar e os cursos não se falam, olha que absurdo. Então, nós pensamos em manter esse grupo para continuar criando outras coisas.

A ideia ganhou peso, todo mundo concordou e, assim, nasceu o que chamávamos na época de G6. Por que G6? Porque naquela época, nós tínhamos cursos de Química em seis universidades públicas. Nós não incluímos as universidades particulares. Já pensaram se fosse hoje? Acho que teríamos um G20, não é?

Bom, mas desse G6, nós começamos a criar mais interações, como por exemplo, disciplinas interunidades, eram disciplinas que quaisquer alunos das seis unidades poderiam fazer e contar os créditos na sua unidade de origem. Agora, para funcionar essas disciplinas, nós fazíamos nas férias para facilitar o deslocamento dos alunos. Isso foi muito legal.

Nós criamos muitas coisas e as reuniões foram seguindo. Numa dessas reuniões, eu questionei o grupo: “Muito bem, nós já fizemos muitas coisas legais, mas todas envolvendo o bacharelado. O que nós vamos fazer para envolver a área de ensino?”. Bom, os colegas do grupo eram da área dura mesmo, tinha gente da Orgânica, da Analítica e tal. O grupo tinha uma maioria interessada em criar coisas para o bacharelado. Então, nessa reunião, eu tive uma conversa de corredor com uma pessoa que eu achei que era mais fácil de ganhar um voto: a Adriana Rossi da Unicamp.

Eu pensei que a Adriana fosse mais simpática à ideia de fazermos alguma coisa para o Ensino. Foi assim, puxei ela para conversar no corredor e comecei a discutir isso: que deveríamos criar alguma atividade para o ensino. Foi nesse café de corredor que surgiu a ideia de criarmos um evento.

Pensamos num evento, porque no Sul já tinha os EDEQs (Encontros de Debates sobre o Ensino de Química), o pessoal do Centro-Oeste tinha os ECODEQs (Encontro

do Centro-Oeste de Debates sobre o Ensino da Química) e assim por diante, mas nós aqui em São Paulo não tínhamos nada da área de Ensino de Química.

Nós propusemos um sistema de rodízio entre as seis unidades do grupo para que não sobrecarregássemos ninguém e, como São Paulo comparado a outros Estados não tem uma extensão tão grande, nós poderíamos ir integrando as formas de participação dos graduandos, pós-graduandos e professores.

E foi assim, depois de falar com a Adriana, fomos falando com outros colegas para ir ganhando votos! Então o grupo acabou aprovando e o EPPEQ surgiu no G6. No começo, paralelo ao primeiro EPPEQ, eu propus uma ideia que ninguém mais tocou, mas que era importante. Paralelo ao EPPEQ, eu criei um fórum de professores, porque o EPPEQ era um evento de pesquisa que interessaria mais aos alunos de iniciação científica, mestrado, doutorado e, eventualmente, algum professor de rede pública. Só que o professor da rede pública não faz pesquisa dessa forma que a universidade faz. A ideia do fórum para os professores, era para criar um meio de promover atividades exclusivas para os professores: cursos, seminários, palestras etc., ou seja, várias atividades próprias de um congresso, só que voltada à participação dos professores da rede, sem que eles, necessariamente, apresentassem um trabalho.

Esse EPPEQ foi difícil de organizar porque demandava organização de dois eventos, não é? O EPPEQ e o fórum de professores atrelado a ele. Mas conseguimos fazer isso no primeiro, o fórum foi muito trabalhoso porque nós fizemos uma articulação grande com a rede do Estado todo. Quando chegou no segundo EPPEQ, a próxima unidade já achou difícil organizar os dois, fez somente o EPPEQ. No terceiro da fila, não aconteceu o fórum, somente o EPPEQ.

Assim foi e acabou virando uma tradição: a instituição sede organiza apenas o EPPEQ e a ideia do fórum morreu. É uma pena. Porque nós precisamos criar um espaço voltado aos professores de educação básica e até hoje não temos. Eu lembro que o primeiro fórum teve participação de professores do Estado todo, de cidades muito distantes, e nós fizemos uma avaliação que eu lembro até hoje. Numa das perguntas dessa avaliação nós questionávamos se os professores gostariam de participar da próxima edição e eu lembro de cabeça até hoje esse número: 98,3% disseram que sim.

Os professores pedem por essas atividades, eles precisam. Mas a universidade, e aqui eu estou falando de um modo geral, não ouve! Os professores precisam de atividades exclusivas para eles, porque a rede estadual não faz isso. Para o Ministério da Educação eu acho até mais complicado, porque o Brasil é enorme, mas o MEC também não faz isso. Para mim, o professor, depois de ser formado, é abandonado na sala de aula.

Os professores ficam abandonados, porque tanto a rede estadual, quanto a federal não oferecem cursos de formação continuada. Além disso, não tem eventos dedicados a eles. Os professores sabem que existem os eventos de pesquisa, mas quem é o professor que participa desses eventos? É o professor que está fazendo pós-graduação. Agora, o professor que não faz pós pós-graduação e que foi jogado na escola depois de se formar, não vai a esses eventos. Porque se ele for, ele nem vai entender o que significa esses referenciais teóricos que estão sendo discutidos.

Eu gostaria muito que, um dia, o EPPEQ retomasse essa ideia de fazer um evento para os professores, que discutisse essa possibilidade. Porque, imagina um professor que se formou há quinze anos, como ele vai acompanhar essas discussões teóricas da academia?

Agora, eu preciso dizer isso, se por um lado, me frustra um pouco ver que a ideia do fórum não foi para frente, me alegra muito ver que o EPPEQ continuou. Eu fico feliz quando vejo que o EPPEQ ganhou vida própria. Eu acho que nos primeiros anos, ele corria um risco de não ir para frente. A gente tinha poucos pesquisadores na área de ensino de Química espalhados pelo Estado. Nós tínhamos poucos cursos. Hoje nós temos uma expansão, principalmente na rede federal com os Institutos e as próprias universidades. Veja a UFSCar, naquela época era apenas o *campus* São Carlos, hoje nós temos quatro *campi*. A Unifesp eu já perdi a conta! Quantos são, Thiago?

Thiago: São sete *campi*.

Luiz: Pois é, está vendo? Paulo, tinha Instituto Federal em 2004?

Paulo: Não, os Institutos surgem em 2008.

Luiz: E agora estão brotando pelo Estado todo! É por isso que eu acho que o EPPEQ corria um risco lá no começo, porque éramos em seis. Agora somos muitos, felizmente, hoje eu não sei dizer qual é o tamanho do nosso G, será que G20? Não sei! Mas isso é uma coisa muita boa. Temos uma rede mais ampla, temos mais cursos, temos mais pesquisadores da área de Ensino de Química. Olha quanta coisa boa!

Então, se por um lado, eu me frustrei um pouco com a descontinuidade do fórum de professores, por outro lado, eu fico com o EPPEQ. O último EPPEQ foi o único que eu não consegui participar por uma questão de saúde. Mas foi o único, porque mesmo aposentado eu faço questão de ir, eu quero acompanhar e estar presente. É muito bom!

Gente, para quem começou essa trajetória do jeito que eu comecei... Porque, olha só: da minha turma inteira de graduação, a única pessoa que se interessou pelo ensino, fui eu. E quem é um aluno na USP para impor alguma coisa, quer dizer, ir lá reclamar que passou no vestibular de licenciatura e que quer fazer o curso? Vejam como a realidade mudou dessa época para hoje! E querem saber de uma coisa? Tem espaço para mais! Se vocês entrarem nos relatórios do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e procurar por número de professores atuando com formação na licenciatura, vocês vão ver que faltam muitos professores formados no Brasil. Falta muito professor de Química, inclusive no Estado de São Paulo.

Eu lembro que quando eu dava aula de estágio na licenciatura de Ribeirão, você se lembra Paulo? Eu lembro de uma escola de Ribeirão que eu fiquei chocado, porque quem dava aula de Química era uma psicóloga, uma psicóloga! Eu fui lá conversar com ela, perguntei: “Como é que você dá aula de Química?”. Ela me disse assim: “Eu estou sem trabalho e tenho filho para criar, eu preciso dar aulas. Eu dou aula pelo livro. Eu pego o assunto do livro, escrevo na lousa e dou aula daquilo”.

Gente do céu, olha que coisa! E isso era final dos anos de 1990. Olha só, ainda hoje faltam professores de Química no Estado todo. Então, apesar dessa ampliação toda dos Institutos Federais e das Universidades públicas com a criação de novos cursos e tudo mais, ainda tem espaço para mais.

De qualquer maneira, eu fico muito feliz em ver que o EPPEQ está forte e tem vida longa!

Paulo: Luiz, prometo que será nossa última perguntinha! Qual é a sua avaliação do EPPEQ para a formação de professores e para os professores de educação básica nesses anos todos? E o que você acha que o EPPEQ ainda tem para contribuir no futuro?

Luiz: Paulo, se olharmos para o passado, eu acho que o EPPEQ vem cumprindo com a sua missão. Veja bem, o que era aquela ideia do MEC de cursos de licenciatura com identidade própria? O que é um curso com identidade própria? É o seguinte, eu preciso ter professores da nossa área, ou seja, professores da área de ensino de química. Esses

professores precisam discutir as questões do ensino, precisam conhecer a escola pública, precisam conhecer a área de pesquisa. Além disso esse curso precisa formar para a pesquisa na graduação e pós-graduação.

E outra coisa, a gente tem congresso para os alunos de graduação e pós-graduação das outras áreas, da medicina, da zootecnia, da engenharia etc., então, nós precisamos ter para a área de ensino. Isso faz parte da identidade do curso. Você sabe bem disso, Paulo! Olha como os alunos se envolvem quando tem EPPEQ lá em Sertãozinho. Os alunos querem participar voluntariamente, gente! Os alunos se identificam com o evento, porque eles podem conhecer pessoas do artigo que eles leram ou que ouviram falar por outros professores. Isso passa pela identidade do curso.

Pense, agora do outro lado, e os alunos de pós-graduação? A gente sabe que nem todo aluno de pós-graduação tem bolsa e tem condições de ir ao ENEQ (Encontro Nacional de Ensino de Química), porque, às vezes, o ENEQ é lá no Rio Grande do Norte e o aluno não tem condições financeiras, mesmo. Então, ter um evento no Estado de São Paulo é fundamental. Olha a quantidade de alunos de pós-graduação na área de ensino de Química que nós temos hoje, ou, até mesmo de iniciação científica. Eu acho que o EPPEQ preencheu com maestria essa lacuna. Para mim, essa é a contribuição do EPPEQ, ele está fortalecendo nossa área e mantém, até um certo ponto, uma porta aberta, porque os professores participam, mesmo sendo aqueles que estão mais ligados à pós-graduação, mas nós temos participação de professores de educação básica.

Eu vejo que a tendência é aumentar a participação dos professores de educação básica, porque o MEC tem investido na pós-graduação profissionalizante, sabe? Há uma tendência de aumento naquela pós-graduação em que o aluno pesquisa enquanto está em exercício profissional, ou seja, o professor faz o mestrado e o doutorado enquanto atua na escola. Tanto a CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), quanto o MEC, têm incentivado a abertura desses cursos. Eu acho que isso aumentará a participação dos professores de educação básica no EPPEQ e eu acho que esse é um futuro.

Eu acho que o EPPEQ tem que abrir mais as portas para esses profissionais, porque o professor traz para o EPPEQ uma coisa que os alunos de iniciação científica e pós-graduação não têm: os conhecimentos da experiência de sala de aula, do dia a dia da escola. Pensando no futuro, eu acho que o EPPEQ precisa estar atento a isso. Eu acho que nós precisamos abrir um espaço dentro do EPPEQ para essas discussões que não nascem dos grupos de pesquisadores, mas dentro das escolas, os professores trazem isso para nós. Para o futuro, o EPPEQ vai sentir essa necessidade e abrir esse espaço. Os professores têm muitas coisas interessantes para discutir, temas que são próprias da escola e não dos grupos de pesquisadores.

Isso não implica numa mudança radical de nada, o EPPEQ continua sendo um evento de pesquisa, mas ele abre um pouco de espaço para trazer questões do dia a dia da escola. Eu acredito que esse é um caminho para o futuro! Eu respondi?

Paulo: Claro que respondeu! Thiago, quer fazer alguma consideração?

Thiago: Eu quero agradecer muito a sua disponibilidade em passar essa tarde conosco! Essa entrevista comporá um número especial do último EPPEQ a ser publicado na Revista do IFSP e nós decidimos fazê-la como forma de homenagem e reconhecimento a tanto trabalho dedicado ao desenvolvimento da nossa área no Brasil e, em especial, aqui em São Paulo. Eu, como ouvinte das suas histórias, ganhei formação continuada! Sabe de uma coisa? É uma oportunidade maravilhosa que eu tive de conhecer um pouco mais da sua história que é um pouco da história da nossa área de ensino de Química.

Paulo: Luiz, interagir com você é sempre muito bom. É sempre um aprendizado imenso. Então, para os nossos leitores, vai ser muito significativo esse texto que está sendo produzido. Mas, eu quero ir além dessa entrevista, eu quero te agradecer e parabenizar por tudo que você fez para o ensino de Química. Eu fui seu aluno, conheço um pouquinho do que você fez, mas, você é muito significativa na vida das pessoas da minha geração.

Nós aprendemos com você muitas coisas para além, talvez, de ensino de química. Eu converso com os colegas e a gente sempre lembra das suas aulas. Você apresentou a Química para gente de uma forma diferente e o ensino de Química de uma forma extremamente diferente. Porque, a gente vinha daquele ensino médio clássico que você relatou quando tinha aula cuspe, giz e cópia do caderno. Depois, na USP era copiar do livro! Mas, de repente, você vem mostrar um ensino de Química que faz pensar, que faz aprender, que mostra as relações da Química com as outras áreas do conhecimento. Você é muito importante para o ensino de Química e, eu acho que você não sabe o quanto você representa para nossa área.

Para mim, em particular, é muito marcante. Eu fazia a licenciatura junto com a pós-graduação, e a dedicatória da minha tese é para você, acho que você não sabe disso. Eu dediquei à tese, aos professores que fazem a educação diferente e, em especial, a você e ao José Marcelino. Eu tenho certeza de que várias outras pessoas têm essa consideração pelo que você fez para nós, que hoje continuamos militando.

Eu quero também marcar um compromisso que nós assumimos na mesa de encerramento do último EPPEQ com a Maria Eunice, a Roseli e a Adriana que é de não deixar o EPPEQ acabar. Por tudo o que vocês fizeram e por tudo o que o EPPEQ significa, nós não vamos deixar o EPPEQ acabar!

Luiz: Eu fico honrado com as palavras de vocês. Quero só agradecer o convite e a consideração. Ouvindo tudo isso, eu lembrei daquela corrida que o camarada percorre um tanto e passa o bastão para o outro que continua e, mais a frente, vai passar para outro. É um trabalho de equipe e que, simbolicamente, é muito interessante: eu corri os meus cem metros, da melhor forma que pude e agora eu passo o bastão. Eu acho que nós estamos numa transição de gerações que é mais ou menos isso.

É muito bom ouvir isso de vocês, do compromisso de continuar o EPPEQ, porque é isso: você chega no final dos seus cem metros com a língua de fora, está que não aguenta mais! E aí, você entrega o bastão ao companheiro de corrida confiando os próximos cem metros. Vocês têm os cem metros de vocês e vão passar o bastão.

Eu fico muito feliz em ver que o bastão do EPPEQ está sendo passado e o evento tem sido tocado com muita responsabilidade e competência. Com relação à entrevista, eu agradeço muito as palavras de vocês. Quero encontrá-los no próximo EPPEQ!

Thiago Antunes-Souza¹, Paulo Sérgio Calefi², Luiz Henrique Ferreira³

¹ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

² Instituto Federal de São Paulo (IFSP)

³ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)